



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0006096-26.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 19641/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 950/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 200/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **TIAGO OLIVA BUCALON**

Réu Preso
 Justiça Gratuita

Aos 16 de agosto de 2016, às 14:00h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **TIAGO OLIVA BUCALON**, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. Iniciados os trabalhos foram inquiridas as testemunhas de acusação Bernardo Cardoso Rodrigues, Maurício Manfrin Silverio e Marcelo José Soares, em termos apartados. Ausente a vítima Pong Ho Tin, que não foi intimada, a qual retornou para o seu país de origem. O Dr. Promotor desistiu da oitiva da vítima. O MM. Juiz homologou a desistência e passou a interrogar o réu, o que foi feito também em termo apartado. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso na sanção do artigo 157, § 2º, inciso II, do CP, uma vez que no dia indicado na peça acusatória, mediante violência, agindo em conjunto com outro elemento desconhecido, subtraíram da vítima um celular e certa quantia em dinheiro. A ação penal é procedente. Consta que após o roubo a vítima forneceu as características físicas de um dos autores, dizendo que ele era claro, de barba e também indicando as suas vestes, ao mesmo tempo em que o monitoramento do GPS do celular indicava a última localização deste aparelho. Com base nessas informações os policiais foram ao local e encontraram o réu em frente a uma casa, sendo que como as suas características e vestes coincidiam com aquelas informadas pela vítima, foi ele detido; a vítima, sem qualquer dúvida, reconheceu o réu por ocasião em que ele foi apresentado pelos policiais e também já na delegacia de polícia. Como se vê, o réu foi detido inicialmente porque as características físicas e da roupa eram iguais aquelas informadas pela vítima. A testemunha Bernardo, que fez a tradução, visto que falava inglês com a vítima, disse que ela reconheceu o réu nas duas oportunidades em que o mesmo lhe foi apresentado. Segundo Bernardo, ele chegou a advertir a vítima da seriedade do reconhecimento, mas esta reforçou a sua convicção quanto ao reconhecimento. A testemunha Bernardo também disse que viu a pessoa detida e que foi reconhecida pela vítima; nesta audiência, esta testemunha também reconheceu o réu, dentre outros colocados a seu lado, como a pessoa que a vítima apontou como um dos autores do roubo; como se vê, embora o celular não tenha sido encontrado com o réu e tampouco outro objeto do crime, a prova é segura quanto à autoria do crime, que recai sobre o réu. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia, devendo, em razão da natureza e da violência do crime, o regime inicial ser fixado como o fechado. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Requer a absolvição por ausência de provas. O réu não foi apreendido com a res furtiva. Contra ele há apenas o suposto reconhecimento realizado na fase policial, que não fora repetido em juízo. As testemunhas aqui ouvidas não presenciaram o fato delituoso. Não se sabe nem o número de agentes, visto que a vítima não foi ouvida em juízo. Trata-se de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

acusado primário sem qualquer passagem policial. Ele nega veementemente a prática do delito. Não há indícios de que ele tenha praticado, uma vez que a res não foi com ele apreendida. Aliás, com ele não foi apreendido drogas ou mesmo dinheiro, rebatendo o argumento da acusação de que o acusado poderia ter trocado o objeto roubado por drogas ou mesmo vendido. O roubo aconteceu à noite, com violência física contra a vítima e ainda se deu de forma rápida. As condições em que ocorreram o roubo são desfavoráveis para um reconhecimento com cem por cento de certeza. Aliás, no momento do reconhecimento a vítima estava com os dois olhos machucados, com hematomas, não esquecendo ainda que se trata de pessoa oriental. A ausência dela em juízo prejudica o contraditório, uma vez que a defesa não pode indagar sobre as circunstâncias do crime, nem sobre suas condições para realização do reconhecimento pessoal. As descrições trazidas pelas testemunhas de acusação são descrições genéricas que facilmente se amoldam a vários moradores de rua, por exemplo, pessoa com barba por fazer. Aliás, o policial disse que a vítima relatou que o criminoso era loiro, sendo que em audiência evidentemente o réu tem cabelos castanhos. Ainda, não se pode indagar da vítima se o criminoso era mais alto, mais baixo, mais gordo, mais magro que ela. Portanto, com fulcro no artigo 155, do CPP, não há provas nem da autoria e nem da materialidade do delito. A prova se resume a reconhecimento realizado de forma inquisitiva, não autorizando, destarte, um desate condenatório. Subsidiariamente, requer a desclassificação para roubo simples, uma vez que não há prova judicial da qualificadora do concurso de agentes. No mais, requer fixação de pena-base no mínimo e regime diverso do fechado. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. TIAGO OLIVA BUCALON**, RG 43.217.395, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, inciso II, do Código Penal, porque no dia 15 de junho de 2016, por volta das 02h00, na Avenida Trabalhador São-Carlense, defronte a Universidade de São Paulo, Arnold Schmidt, nesta cidade, previamente ajustado e agindo com unidade de propósitos e desígnios com outro indivíduo ainda não identificado, subtraíram, para eles, mediante violência exercida contra Pong Ho Tin, 01 celular da marca Apple, modelo Iphone, US\$200 dólares americanos, cuja cotação no dia estava em torno de R\$ 3,46, além de cartões bancários e documentos pessoais, avaliados globalmente em R\$ 2.192,00 tudo em detrimento da vítima, conforme auto de avaliação juntado aos autos. Consoante apurado, o denunciado e seu comparsa ainda desconhecido decidiram saquear patrimônio alheio. De conseguinte, ao percorrerem o local dos fatos, avistaram a vítima caminhando sozinha, pelo que se colocaram no seu encalço. Percebendo a movimentação, Pong Ho Tin, estrangeiro em intercambio no país, natural de Hong Kong, China, se pôs a correr e a gritar por socorro, momento em que o denunciado e o seu comparsa o alcançaram e, após agredirem-no com socos e chutes, colocando-o ao chão desacordado, subtraíram para eles os bens acima referidos, partindo em fuga a seguir. E tanto isso é verdade, que após recobrar os sentidos, a vítima retornou à sua residência e comunicou o ocorrido ao morador Bernardo Cardoso Rodrigues, ao que a polícia militar foi acionada. Valendo-se de um aplicativo de GPS existente no celular subtraído (Find My Phone), vítima e testemunha lograram apurar a localização do telefone, pelo que os milicianos, na posse das características dos roubadores, rumaram para a Rua Conselheiro Brandão, nº 201. Uma vez no local, uma residência abandonada e conhecida como ponto de consumo de entorpecentes, os policiais encontraram o réu já sem os objetos subtraídos. Entrementes, submetido a reconhecimento pela vítima, foi prontamente apontado como um dos indivíduos que a agrediram e a despojaram de seus pertences. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (página 30). Recebida a denúncia (página 72), o réu foi citado (páginas 83/84) e respondeu a acusação através do Defensor Público (páginas 88/89). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas três testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a absolvição do réu negando a autoria e afirmando a insuficiência de provas,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

além de sustentar a não demonstração do concurso de agentes. **É o relatório. DECIDO.** O ofendido, um jovem vindo da China em intercâmbio com o Brasil, foi assaltado na noite e quando retornava para sua casa. Ouvida apenas no auto de prisão em flagrante, justamente porque já estava com viagem de retorno para o dia seguinte, informou que foi atacado na via pública por dois indivíduos, que passaram a lhe agredir, chegando até a perder os sentidos e, quando voltou a si, constatou que os roubadores tinham levado o seu celular e a sua carteira. O ofendido, ao chegar na casa em que estava hospedado, relatou ao seu colega Bernardo Cardoso Rodrigues o que tinha acontecido, chegando a fornecer as características de um dos ladrões. Como o celular roubado tinha aplicativo de rastreador, foi possível verificar pelo sinal onde o mesmo estaria, sendo a localização indicada para os policiais que foram atender a ocorrência. Estes seguiram a indicação e no local apontado avistaram o réu, que procurou se esconder no interior de uma casa abandonada, usada de albergue por mendigos. Como o réu tinha as características informadas pelo ofendido, foi exibido a este e de pronto reconhecido. Por ter retornado ao seu país de origem o ofendido não pôde ser ouvido em juízo. Inquiriu-se, aqui, o seu colega de apartamento, Bernardo Cardoso Rodrigues, que serviu de intérprete e tradutor das palavras do ofendido. Bernardo foi preciso no relato que fez de todo o acontecido, em especial do reconhecimento feito pelo ofendido, que se mostrou bastante firme e categórico ao apontar o réu como sendo um dos ladrões. Bernardo teve o cuidado de esclarecer ao ofendido as consequências do reconhecimento que foi pedido para o mesmo e da relevância que a palavra dele representaria na situação. Mesmo assim o ofendido confirmou que o réu era um dos ladrões. Mesmo não tendo o ofendido sido ouvido em juízo, pela impossibilidade já declarada, o fato é que tudo o que o mesmo declarou na polícia foi confirmado em juízo pela testemunha nomeada como intérprete, de forma que não existe porque se duvidar do reconhecimento que o ofendido fez do réu. Ninguém, em sã consciência, teria coragem de acusar o réu não fosse ele um dos envolvidos no assalto. Outrossim, as características que o ofendido forneceu na ocasião para o intérprete, como também para os policiais, coincidiam com as do réu. O fato de um policial ter dito que ouviu a descrição de loiro, a verdade é que ele também ouviu a declaração de que se tratava de pessoa de cor branca, como foi dito pelo outro policial e pela testemunha que serviu de intérprete. É até possível que a expressão loiro tenha partido do próprio policial. O fato de a vítima ter sido machucada, especialmente na região dos olhos, não significa que a mesma não estivesse em condições de enxergar como esteja supondo o Defensor Público. Outrossim, e o que também é importante para auxiliar no reconhecimento da autoria, o réu foi encontrado justamente no local indicado pelo último sinal emitido pelo GPS do sistema de rastreamento que estava sendo emitido. O objeto somente não foi encontrado porque certamente a pessoa que o estava portando desligou o aparelho. Assim, tenho como certa a autoria atribuída ao réu, reconhecendo ser ele um dos roubadores. A causa de aumento pelo concurso de agentes está demonstrada, porque a vítima afirmou ter sido atacada por dois indivíduos. As agressões aconteceram certamente porque a vítima, sendo estrangeira e sem falar o português, a única reação que teve foi de gritar, levando os roubadores a agredi-la, como único meio de conter os seus gritos e assim conseguir domina-la, possibilitando a subtração que se efetivou. Pelo exposto e por tudo mais que nos autos consta **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos formadores do artigo 59 e 60 do Código Penal, em especial que o réu é primário, delibero impor-lhe desde logo a pena-base no mínimo legal, isto é, em quatro anos de reclusão e dez dias-multa. Não existem circunstâncias modificadoras na segunda fase. Por último, imponho o acréscimo de um terço, em razão da causa do concurso de agentes e torno definitiva a pena resultante, que é de cinco anos e quatro meses de reclusão e treze dias-multa. Com relação ao regime, mesmo não tendo sido utilizada arma, não pode ser ressaltado que a vítima foi brutalmente agredida, como prova o laudo de exame de corpo de delito de fls. 75, exigindo a aplicação do regime mais severo, necessário para a reprovação e prevenção do crime cometido, não sendo o acusado, nas circunstâncias, merecedor do regime



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

intermediário. **Condeno**, pois, **TIAGO OLIVA BUCALON** à pena de **cinco (5) anos e quatro (4) meses de reclusão e ao pagamento de 13 dias-multa, no valor mínimo**, por ter infringido o **artigo 157, § 2º, inciso II, do Código Penal**. Deverá iniciar o cumprimento da pena no **regime fechado**. Mantenho a prisão já decretada, agora com maior razão, já que o réu está condenado, não podendo recorrer em liberdade. Recomende-se-o na prisão em que se encontra. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes, anotando-se. **NADA MAIS**. Eu, (Cassia Maria Mozaner Romano), oficial maior, digitei e subscrevi.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):